

A MORALIDADE BRASILEIRA NO OLHAR DO FICCIONISTA, DO IDEÓLOGO E DO TEÓRICO

INTERPRETAÇÕES DE BRASIL PELO FULCRO DA ÉTICA NOS COSTUMES E NA POLÍTICA

A reflexão ontológica sobre a brasilidade tem sido uma constante da *intelligentsia* brasileira. A interrogação sobre o *ser brasileiro*, seus vícios e virtudes, marca todo o percurso do pensamento letrado no País (tanto na vertente ufanista, quanto na pessimista), bem como o trajeto da nossa literatura rumo à autonomia estética. Esse sentimento de uma peculiaridade brasileira, intimamente vinculada aos ideais de nacionalidade, já pode ser percebida nos escritos coloniais, como em Gregório de Matos. Essa “diferença” brasileira foi sendo construída ao longo dos séculos, conforme os ideários da época de produção dos discursos. No romantismo, o elemento de originalidade definidor da brasilidade é buscado na figura heróica do índio e no seu suporte exterior, numa natureza exuberante e pura, ainda intocada pelas deformações da civilização européia. Na crítica realista, a brasilidade é menos idealizada, seguindo o espírito positivista e científico dos fins do século XIX. O caráter nacional é então interpretado segundo

IDILVA GERMANO*

RESUMO

Este ensaio analisa comparativamente os discursos sobre o *ethos* cultural brasileiro presentes em *Memórias de um Sargento de Milícias* de Manoel Antônio de Almeida (1852), *O Problema Nacional Brasileiro* de Alberto Torres (1914) e *Militares e Civis* de Paulo Mercadante (1978). Apesar da diferença de gêneros literários e da época de produção das obras, os textos compartilham a preocupação em interpretar a brasilidade, que marca toda a tradição letrada do país, tanto no ensaio crítico quanto na ficção romanesca. Os textos examinam características do comportamento público e privado do povo e das elites por meio de perspectivas e estilos distintos conforme o contexto de feitura das obras e as peculiaridades biográficas dos autores. Tais retratos do Brasil e da sua gente são momentos de construção da realidade imaginária brasileira importantes para a análise da cultura nacional.

*Professora do curso de Psicologia da UFC e doutoranda em Sociologia na UFC. (Agradeço ao Professor Dr. Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes pela sugestão do tema e pela leitura crítica da 1ª versão deste trabalho; e também à CAPES pelo apoio financeiro.)

as teorias raciais e evolucionistas do período, ganhando assim um acento pessimista: o brasileiro, marcado pela mestiçagem inferiorizante, deverá superar os empecilhos de raça para acompanhar a marcha ascendente e inexorável da História, já alcançada pelos povos civilizados. No modernismo, a especificidade brasileira é compreendida a partir de uma leitura crítica, que assume a marca do hibridismo que o estatuto colonial impôs à nação e ao povo brasileiro. Uma das figuras que se tornaram emblemáticas da formação caldeada do povo é a da “antropofagia”, tomada como uma metáfora de um *ethos* cultural forjado na fusão de elementos “bárbaros” e “civilizadores”. Algumas imagens desse traço antropofágico (ou “macunaímico”, já que Macunaíma é a expressão alegórica da multiplicidade de caracteres e, portanto, de “nenhum caráter”) se tornam recorrentes. No caso de textos não-literários contemporâneos, permanece a preocupação de análise da especificidade cultural brasileira, agora sob a forma de um discurso de cunho objetivo, menos metafórico, capaz de assinalar os condicionamentos materiais e simbólicos presen-

tes na história do País e que estão subjacentes às manifestações atuais da moralidade brasileira.

Tanto a literatura ficcional quanto a de cunho mais científico ou ensaístico, portanto, mantém até hoje a reflexão sobre o caráter nacional (hoje, “brasileidade”), tendência entendida como uma verdadeira tradição, principalmente da crítica, a partir de 1830 até o início deste século. Tal como afirma Afrânio Coutinho em sua *A Tradição Afortunada*:

“A evolução desse caráter nacional pode ser acompanhada em toda a história da evolução literária brasileira, não se tendo realizado por saltos, nem por movimentos de épocas antagônicas e descontínuas. Ela se concretizou progressivamente, consolidando-se em crescendo, e encontrando nos vários estilos o instrumento adequado e estimulante para levá-la para frente e tomar consciência de si mesma.” (1968:162)

É neste sentido que procuro analisar as interpretações da cultura brasileira presentes em obras tão díspares quanto *Memórias de um sargento de milícias* de Manoel Antônio de Almeida (1852), *O problema nacional brasileiro* de Alberto Torres (1914) e *Militares e civis* de Paulo Mercadante (1978).

É possível destacar um certo número de temas interdependentes que podem nortear o estudo das produções letradas em questão enquanto tentativas de representação e construção da brasilidade. Cito alguns pontos em comum que parecem mais significativos:

1. Nos três autores, percebe-se uma preocupação com a especificidade da cultura brasileira, que se traduz em costumes, comportamentos públicos e privados peculiares ao povo e às elites.

Na suma romanesca de Almeida, há um caráter de crônica de costumes, de desejo de retratar o cotidiano urbano da sociedade fluminense da época de D. João VI. As descrições tornam-se ainda mais relevantes porque o autor opta pela cultura popular tal como percebeu e sintetizou das suas fontes orais. Embora não tenha vivido no “tempo do rei”, conseguiu captar os elementos culturais que tiveram continuidade até a sua época, narrando-os com intenção de crítica ao seu arcadismo. É o caso da bisbilhotice, do agregado

parasita, da vizinhança invejosa, do padre lúbrico. Entretanto vale lembrar que o panorama social é limitado ao que se chamaria uma pequena burguesia urbana, havendo escassas referências às elites dirigentes e pouquíssimas à camada inferior-a escravaria.

Em Alberto Torres, a especificidade da cultura brasileira é o ponto de partida para toda a sua doutrina de organização social. A formação colonial da nação resultou nefasta tanto para a grande massa da população apática e sem consciência nacional (de que aliás está isenta de culpa) quanto para as elites que a conduziram, historicamente particularistas e dominadas pelo estrangeiro. Sobre as características concretas da vida brasileira, principalmente suas necessidades e possibilidades econômicas (portanto, descartando as teses raciais inferiorizantes e pessimistas), é que Torres edifica um programa de formação do verdadeiro caráter e consciência nacional.

Em Paulo Mercadante, a ênfase recai sobre a peculiaridade da história política brasileira, principalmente sobre suas forças ideológicas divididas em “espíritos” antagônicos. Não incide sobre aspectos antropológicos da cultura popular. Ao preferir o recorte econômico e político da história brasileira, cuja base assenta sobre a nossa Ilustração, tem que aceitar o fato da maciça exclusão do povo nessa história. Mas não deixa de tratar dos aspectos de mentalidade política, abordando-os em termos de polarização entre uma ética absolutista de fundo kantiano e uma ética da responsabilidade (ou do compromisso) de inspiração maquiavélica, tal como abordada por Weber. Esses valores são remontados às suas origens contra-reformistas. O modo como se defrontam ao longo da história confere a própria especificidade da mentalidade política brasileira.

2. As obras são produtos de um olhar e de um lugar social de elite. São feitos de intelectuais cuja classe tradicionalmente procurou dirigir a construção do país, através da crítica ou da ação política direta. Na ficção, escritores como Manoel Antônio de Almeida e Lima Barreto (pobres, mas intelectuais) se utilizam da ironia, do humor fino e ferino para atacar mais ou menos agressivamente as instituições viciadas. Embora em Almeida a intenção missionária não seja tão evidente como

em Lima Barreto, ele dá continuidade à tradição intelectual de usar a literatura de forma educativa, expondo a mentalidade da sociedade imperial, o estado moral dos costumes que se perpetuam até a época do escritor (e até depois dele). No trabalho sociológico-doutrinário de Alberto Torres, tal missão salvadora é mais explícita, ainda mais porque articulada com a participação administrativa e política do autor na vida brasileira. A suposição é que o povo, em tais condições de alienação historicamente produzidas (culturalmente explicáveis e passíveis de solução) deve ser conduzido por uma elite dirigente culturalmente superior. Em Paulo Mercadante, o sentido é o de recontar a história brasileira, numa perspectiva erudita e crítica como tem tentado a historiografia atual e, com isso, contribuir para uma compreensão menos ideologizada dos problemas brasileiros, na qual se apoiem intenções transformadoras.

3. A temática do divórcio entre Povo e Estado é tratada com maior ou menor transparência pelos três autores. A dicotomia entre a vida econômica e social da grande massa da população brasileira e a orientação do Estado, sempre articulado aos grupos que detêm a riqueza e o poder, é uma constante que habita essas obras.

De forma cômica, dentro do estilo picaresco de Almeida, o povo está constantemente fugindo ao poder totalitário do major Vidigal,

“o rei absoluto, o árbitro supremo de tudo que dizia respeito a esse ramo da administração; era o juiz que julgava e distribuía a pena, e ao mesmo tempo o guarda que dava caça aos criminosos; nas causas da sua imensa alçada não haviam testemunhas, nem provas, nem razões, nem processo; ele resumia tudo em si; a sua *justiça* era infalível (...)”. (M.S.M.:21)

Ao mesmo tempo, dentro de um contexto de relações paternas e tutelares, recorre-se constantemente ao “empenho”, às relações íntimas com aqueles que usufruem alguma influência sobre os negócios públicos. De tal forma que o próprio Vidigal, o bicho-papão da gente humilde e folgazã, pode também protegê-la e “arranjá-la”. Almeida está muito próximo da complexidade das relações que unem o povo brasileiro e seus

governos. O seu tratamento burlesco e sua aparente despreensão política não apagam a fidelidade do quadro social que retratou, nem a seriedade das conclusões que se possam dele desprender: a riqueza da vida cultural do povo humilde, seus mecanismos eficientes de adaptação ao poder, seus vínculos de solidariedade, a contraditória hierarquia dos valores que movem o comportamento coletivo.

Com argumentação similar, Antônio Cândido assinala que Almeida transpõe para o plano da narrativa, isto é, para o plano estético, um princípio estruturante da própria sociedade brasileira: uma dialética da ordem e da desordem. Os modos de existência no Brasil seriam marcados pela comunicação estreita entre dois pólos: o da ordem, representada pelo Poder, pela moral oficial, pelo discurso religioso, pelo Vidigal, por D. Maria e Luisinha; e o da desordem, representada pelos que resistem à ordem estabelecida, isto é, o povo malandro, amancebado e festeiro, o Leonardo, o capoeirista valentão, o Caboclo do Mangue, a cigana e quase todos os atores populares do romance. Todas as personagens passeiam entre esses dois níveis, de forma um tanto cínica e banal, sem que se possa julgar moralmente as suas transgressões. Esse universo seria justamente o de uma ética relativa, conciliatória da ordem e da desordem, no plano da vida social e não particularmente da política, como visto por Mercadante.

No pensamento de Alberto Torres, uma das idéias-chave é justamente a falta de paralelismo entre a formação da nação – o povo e a sociedade vivos e não a pátria abstrata dos símbolos e emblemas patrióticos – e a formação do Estado. O divórcio entre partes que devem se gestar unidas resultou em que o Estado é um fator de desagregação, exatamente o contrário do que deveria representar. A falta do senso de nacionalidade que constata tem sua origem na especificidade da formação do Estado brasileiro. Diferentemente do Velho Mundo, onde o senso nacional se gestou lentamente tendo a política acompanhado a vida social das populações, os países novos foram submetidos aos móveis dos governos colonizadores: “Governos coloniais e colonizadores fazem invasões e conquistas: não fundam nações; são exploradores: não são sócios.” (P.N.B.:42)

Explicação semelhante já havia sido dada por

Manoel Bomfim, ao articular a colonização ibérica parasitária e a mentalidade popular de horror ao Estado historicamente espoliador.

Desgostoso com as “políticas de campanário” alheias ao bem comum e às enormes necessidades de reorganização nacional nos primeiros anos da República, Alberto Torres alerta principalmente aos governantes para o fato de consequências especialmente graves no Brasil: o da “ausência de espírito nacional “prático”, da solidariedade patriótica fundada na consciência dos interesses comuns a todos os agrupamentos políticos, religiosos, econômicos, geográficos, comerciais e industriais.” (P.N.B.: 85)

Torres é contundente na crítica ao modelo político brasileiro, limitado aos problemas paroquiais de partilha do poder ou à importação de fórmulas estrangeiras e distantes da realidade brasileira, num grande espírito contemplativo e pouco pragmático:

“A separação da política e da vida social atingiu, em nossa pátria, o máximo da distância. À força de alheação da realidade a política chegou ao cúmulo do absurdo, constituindo (...) uma classe artificial, verdadeira superfetação ingênua e francamente estranha a todos os interesses, onde quase sempre com a maior boa fé, o brilho das fórmulas e o calor das imagens não passam de pretextos para as lutas da conquista e da conservação das posições...”

Os governantes chegaram à situação de perder de vista os fatos e os homens, envolvidos entre agitações e enredos pessoais.” (P.N.B.: 88)

Daí sua grande obsessão por uma organização política baseada nos fatos da realidade brasileira, nas suas reais necessidades e condições, e não nas teorias importadas e no palavrorio vazio da oratória. O ponto de partida seria justamente edificar sobre uma economia nacional emancipada, um pensamento autenticamente brasileiro sobre as coisas da nossa terra. Tal obra seria conduzida por direção política, por uma elite intelectual que infelizmente no Brasil se acomodava às letras e à retórica e não à concretude exigida.

Paulo Mercadante, analisando as orientações éticas que moveram as diferentes facções políticas da sociedade brasileira desde o Império, deixa revelar

o grau de exclusão em que se manteve o povo ao longo dos acontecimentos mais importantes da vida política do país. O panorama geral é similar àquele denunciado por Torres: um povo calado, forçado à margem das decisões sobre o seu destino, manobrado em eleições fraudulentas, sem direito de oposição, sem qualquer participação, à mercê dos acordos conciliatórios das oligarquias ou das reações de segmentos elitistas radicais; de uma forma ou de outra, em total alheamento quanto à política regional ou nacional.

4. A análise dos autores recai sobre a moralidade brasileira, tanto no sentido de vida espiritual (mentalidade, consciência, costumes, cultura), quanto no aspecto de juízo de valor ou de “bons costumes”. Quanto a este assunto, deter-me-ei mais um pouco nos três tópicos seguintes.

MEMÓRIAS DE UM SARGENTO DE MILÍCIAS:

A ÉTICA RELATIVIZADA NO OLHAR INTUITIVO DO ARTISTA

Contrariando as tendências românticas vigentes à época da feitura de *Memórias de um sargento de milícias*, Manoel Antônio de Almeida constrói um retrato do Brasil do início do século XIX, numa perspectiva inovadora e de certa forma antecipadora do realismo posterior. O ambiente intelectual que vai aproximadamente de 1836 a 1870 é de transplantação cultural, apesar do sentido de autonomia introduzido pelo indianismo à literatura brasileira. Nesse contexto de cópia dos modelos literários e estéticos europeus, que supunham um ideário ainda preso aos colonizadores e à civilização européia, o surgimento de *Memórias* é considerado surpreendente. Ainda mais quando se percebe a grande influência do pieguismo e do culto à forma em outros trabalhos do autor. Marques Rebelo (1963) sublinha que a poesia de Almeida é arrastada pela mediocridade do meio, destoando portanto do valor superior do seu romance. O fato explica porque a importância da obra não foi reconhecida de imediato nem pelos contemporâneos do autor nem pelo próprio.

É justamente o ar negligente e sem compromisso que circundou a produção do romance (escrita em tiras de papel anônimas na balbúrdia de reuniões estudantis) que permitiu a Almeida captar intuitivamente os traços marcantes da sociedade

brasileira imperial e transpô-los com originalidade para a ficção. Situada num meio-termo entre imaginação e folclore, Almeida consegue contribuir – embora de forma não estritamente documental – para a análise sócio-antropológica da sociedade brasileira do período entre 1808 e 1820. O Rio de Janeiro retratado é o da invasão da Corte Portuguesa que fugia dos exércitos napoleônicos e tinha pouco mais de 60.000 habitantes, 20% dos quais escravos. A transferência da sede do Império Português para o Brasil em 1808 significa uma verdadeira transformação no *status* da colônia que neste período fará a transição para o de Reino Unido. Embora esse período tenha sido rico em fatos históricos (abertura dos portos, criação do Banco do Brasil, da Biblioteca Nacional, do Jardim Botânico, fundação da Imprensa Régia, abertura de escolas de artes e ofícios, iniciativas industriais, Revolução de 1817 etc.), tais eventos não são o fio condutor do romance de Almeida. A obra se assemelha mais a um romance de costumes, que para o estudioso atual, mais interessado numa história das mentalidades e do cotidiano, representa rica fonte de interpretação do Brasil não exclusivamente político.

O autor descreve os lugares e costumes fluminenses comuns da época: o “canto dos meirinhos”, as procissões (do Ourives, a Via Sacra do Bom Jesus), o Oratório de Pedra, as baianas das procissões, a festa do Espírito Santo, e outras profanas, coletivas e particulares. Almeida opta por retratar o povo de forma transparente, na sua linguagem coloquial, nos seus vícios e virtudes. Os tipos idealizados por Almeida contribuem para certas idéias recorrentes sobre o caráter nacional, principalmente no que se refere à malandragem, um traço que até hoje é revisitado pela antropologia brasileira.

A interpretação do Brasil e de sua gente que se depreende de Almeida é de fato uma invenção artística, que, por definição, não se obriga a uma articulação direta com fatos históricos e explicações científicas. Essa liberdade artística provisória produziu uma interpretação intuitiva do “espírito do povo” (vale dizer, de um certo Brasil), seu modo de comportar-se diante das leis e do Estado, bem como na esfera das relações privadas. O autor mostra os condicionamentos recíprocos entre as instituições políticas e os modos de inserção das classes nesse quadro de costumes e tradições.

Para Temístocles Linhares (1987), Almeida é motivado pelo “interesse nacional” que fundava o romantismo daquele tempo, e neste sentido, desejava compreender os tipos e a organização das camadas menos nobres da população, principalmente o “empenho” e o “compadrio”. Não se pode dizer pelas parcas informações disponíveis sobre o autor se tal motivação foi vivida conscientemente ou não. De qualquer forma, parece nítido o seu esforço de retratar o mais fielmente possível o estado moral da nossa sociedade. O moralismo de Almeida é velado no romance: sua tendência é mais expor os fatos, sem tomar partido explicitamente e sem maniqueísmo. Os tipos são bons e maus ao mesmo tempo. É o reconhecimento dessa humanidade não heróica, mais próxima dos homens de carne e osso, que faz o leitor afinar-se com pessoas e atos incorretos por princípio, mas que no curso da narrativa, se justificam dentro de certos contextos. Não há discurso ético absoluto. A honra, paradigma de uma rigidez moral, é relativizada e pode até ser motivo de escárnio sem que as personagens deixem de ser simpáticas.

Logo no segundo capítulo, a honra masculina é motivo de galhofa tanto pela mulher infiel quanto pelo vizinho conciliador:

“– Honra!... honra de meirinho...ora ! (...)

“– Honra de meirinho é como fidelidade de saloia.” (M.S.M.:14)

A relatividade no plano moral, a permissividade dos costumes, a frouxidão no trato com as leis (chamada mais tarde de “jeitinho”) são tratadas de tal forma que o resultado é a simpatia e condescendência com as falhas e vícios das personagens. O tom geral é de humor, um humor espontâneo, não cáustico, vindo da compreensão da vida do povo, tal como ele é, e não como os segmentos dominantes tentam moldá-lo pela força ou pela convenção.

A malandragem de Leonardo é entendida como qualidade essencial e gratuita e não como fruto das adversidades como ocorre com os heróis picarescos. A sua trajetória de picardias não o amadurece, portanto não há um sentido de aprendizagem moralizante. Ele nasceu torto e continuará a sê-lo até o final, quando será recompensado sem nenhuma justificativa romântica, mas por ação da

mentalidade circundante daquele contexto social. O mesmo se dá com o padrinho ao mesmo tempo bom, por proteger o afilhado, e mau por ter açamambarcado o dinheiro alheio; com a comadre que pode caluniar, mas também ajudar os namorados, e assim por diante. D. Maria, a comadre, e Maria Regalada, apesar de representantes de pólos de ordem distinta, podem recorrer uma à outra conforme seus interesses. Tudo leva a crer que essa fusão e subversão de valores era traço significativo daquela sociedade, o qual estendeu-se a épocas posteriores. Abaixo do discurso de uma moral oficial, acompanhada apenas por parcelas de segmentos minoritários e dominantes (ex. a Luisinha como moça de boa família), havia a grande maioria da população que vivia de acordo com as suas inclinações intintivas e voltadas ao prazer, sem preocupações de consciência e culpa. O que domina é um cinismo que de tão comum e institucionalizado, se descaracteriza como cinismo. Assim, não teríamos o puritanismo nem o superego dos norte-americanos. No Brasil, “as formas espontâneas de sociabilidade atuaram com maior desafio e por isso abrandaram os choques entre a norma e a conduta, tornando menos dramáticos os conflitos de consciência.” (Cândido, 1970:86).

O tom geral do romance é de tolerância e neutralidade que pressupõe uma ética relativa, válida tanto para o lado de lá como para o lado de cá das normas sociais. Neste sentido, Manoel Antônio de Almeida supera as ideologias moralizadoras da classe dominante e apresenta uma visão de mundo mais próxima à realidade do povo brasileiro.

O PROBLEMA NACIONAL BRASILEIRO:

A ÉTICA DOS FINS INSPIRANDO A REORGANIZAÇÃO NACIONAL NO OLHAR DO IDEÓLOGO E POLÍTICO ENGAJADO

A ideologia de Alberto Torres é em parte explicada pela própria rigidez e disciplina de seu caráter. Utilizando-se a classificação weberiana entre uma ética da convicção e uma ética da responsabilidade, Torres parece mais próximo da primeira. Há um forte sentido de dever e de princípio, movendo suas reflexões. A principal mostra dessa tendência absolutista está no próprio afastamento amargurado do autor em relação à vida

política. Barbosa Lima Sobrinho (1968) dá um quadro geral do que lhe parecia a personalidade de Torres e sua vocação política:

“Tendo feito rápida e brilhante carreira política, sente-se nele o inadaptado, quando não o desajustado, criando problemas e dificuldades, pela ausência muitas vezes, de uma simples palavra de boa vontade, de uma compensação verbal para os danos políticos que vai impondo. É rígido nas atitudes, fechado nas manifestações, dando sempre a impressão de que não tolerava o pequeno comércio partidário, as conversas inúteis, as expansões falsas, ou louvores hipócritas, as promessas vagas, tudo o que o interesse pode aconselhar ou exigir, sem levar em conta a sinceridade das declarações. E havia ainda em Alberto Torres um domínio de intransigência: o de suas idéias e de suas conclusões de pensador e de jurista.” (1968:187)

Ora, tal obstinação e inflexibilidade são por princípio incompatíveis com a vocação política, uma vez que esta “utiliza como instrumento específico a força, por trás da qual se perfilha a violência.” (Weber, 1993:111). O político responsável (relativista) conduz sua ação pelas suas consequências, ponderando riscos e ganhos. Uma atitude incondicional pode levá-lo a omitir-se de qualquer responsabilidade sobre as medidas diversas da sua decisão. De fato, o resultado final de uma ação política nem sempre corresponde às intenções originais do agente ou aos fins perseguidos. Uma vez tomada uma decisão política, o agente não mais detém o controle sobre todas as etapas de consecução dos objetivos. De tal forma que a vida política pode compactuar com móveis e interesses às vezes diametralmente opostos. Para Torres, dedicado a uma causa gigantesca e convicto da validade e exclusividade dos seus meios, compactuar com os interesses e fórmulas escusos era simplesmente inaceitável. De fato, sua vocação era mais próxima à do ideólogo, do pensador, e até mesmo do técnico, do funcionário circunscrito às leis.

A ênfase numa ética de finalidade domina as doutrinas de Alberto Torres. O espírito que o move não é o da conciliação partidária tão bem descrito por Mercadante. Apesar disso, a reestruturação pretendida por Torres não se baseia em re-

formas morais da classe política, nem de fato defende estratégias radicais, no sentido revolucionário. O olhar é o da classe intelectual e dirigente progressista, responsável pela condução dos desígnios do povo, via governo forte.

Como positivista, Torres não acreditava numa simples regeneração moral, embora constatasse a sua carência no modelo político brasileiro e sua importância para um novo projeto de reforma. O projeto deveria ter inspiração ética, mas os meios de empreendê-lo deveriam ser factuais e não morais.

Para Mercadante, Torres advogava a conciliação de classes dentro do seu projeto de inclinações autoritárias. De fato os positivistas defendiam a ordem e não a sua subversão, e daí a necessidade de um Estado que pudesse organizar efetivamente a vida social, e não ser o seu fator de dissolução. Entretanto, identificar as tendências pacificadoras e organizadoras de inspiração humanista de Torres com as estratégias políticas conciliadoras introduzidas no Império e perpetuadas pelas facções oligárquicas da Primeira República parece equivocado. A conciliação de Torres está mais próxima ao sentido tradicional de “por de acordo leis e pessoas”, de concórdia, de esforço para impor princípios gerais sobre interesses particularistas. E não da idéia de conciliação partidária, de fusão ideológica. Fosse assim, Torres não teria abandonado prematuramente a promissora carreira política que iniciara antes mesmo da República.

MILITARES E CIVIS: A POLARIZAÇÃO ÉTICA NA HISTÓRIA POLÍTICA SOB O OLHAR DO CIENTISTA SOCIAL CRÍTICO

O trabalho de Mercadante se insere numa história das mentalidades, nas quais se articulam idéias políticas, filosóficas, éticas e estéticas sobre um fundo de transformações econômicas no Brasil. Baseado na distinção weberiana sobre as orientações éticas na política, Mercadante procura retracar o caminho dessas tendências morais ao longo da história brasileira.

O espírito absolutista da Contra-reforma trazido pelos colonizadores e jesuítas se vê enredado por novos valores após a Independência. O espírito moderno e revolucionário principalmente trazido da França promoveu o relativismo ético por

influência dos novos ideais estéticos do período romântico. Num quadro de fusão do conservadorismo contra-reformista, do liberalismo romântico no plano das idéias e do liberalismo econômico exigido pelo mercado externo, o Império levava ao compromisso. Toda a intelectualidade, saída da classe proprietária de terras, tendeu então às soluções de compromisso na política, na literatura e na ideologia que permitiam que se convivesse com anseios nacionalistas e liberais dentro de um regime monárquico e de uma economia escravista.

A ascensão da classe média, embasada em novas forças econômicas e políticas e representada pelos militares, fez valer outra orientação: uma ética de finalidade, de cunho menos flexível e mais intransigente. Coube à geração de 1870, imbuída dos ideais de cientificidade e positividade, contestar a face conciliatória do poder, exigindo transformações mais radicais e menos contemporizações. A campanha abolicionista e republicana ilustra a ética dos fins aplicada à derrocada do Império e seus compromissos (embora os objetivos tenham sido alcançados por um processo gradual, marcado pela cautela e atendimento aos interesses rurais). Para os militares, o alvo de ataque seriam justamente os civis, políticos e bacharéis tolerantes e relativistas que permitiam ou favoreciam as manobras de conciliação ideológica. Entretanto, na articulação entre as velhas forças e as novas, a República teve que conviver com o paradoxo de novos compromissos, ou de velhos compromissos com cara nova. A República manteve a ética relativa da conciliação e os traços de romantismo e ecletismo rechaçados pela crítica realista. Há uma “adaptação de velhos abusos imperiais a fórmulas republicanas (...) sob a égide de uma nova conciliação” (M. C.:11). Na política dos governadores após o período militar, o poder econômico criava seu próprio mecanismo de perpetuação do poder baseado em trocas e acordos entre os coronéis e o governo federal. Tal mecanismo resultava de uma ética relativista em ação, da qual não escapou nem mesmo a corrente positivista e politicamente autoritária.

A tradição conciliatória mantida na República é continuamente denunciada como falha moral ou de caráter do homem público. As alianças po-

líticas então são entendidas como novos mascaramentos, tentativas de manter o estado de coisas, como a perpetuação da corrupção e da tradição imperial. A Campanha Civilista se arma de um discurso moralizante para combater a farsa eleitoral, o atraso econômico, a miséria e a negligência governamental. A base da plataforma de Rui Barbosa seria uma reforma na moral republicana, estratégia considerada mais eficiente para atingir o discurso ético absolutista da classe média. O próprio liberalismo, com sua tradicional moderação e tolerância, atacava os excessos da política conciliadora. A jovem oficialidade dos anos de 1920 continuou a crítica ao ajeitamento político e ao arbítrio do coronelismo com uma postura mais enérgica e contestadora do que os velhos oficiais. A crítica ainda tinha base ética e não exatamente suporte ideológico. O discurso girava em torno da honra militar e do civismo. No plano estético, os modernistas após 1927 definem-se ideologicamente entre uma direita e uma esquerda. Graça Aranha, Jorge Amado, Graciliano Ramos, José Lins do Rego esposam uma ética de finalidade; há o desejo de tudo mudar e renovar. A ideologia socialista de base é paradigmática da orientação absolutista, tal como apontada por Weber, em sua opção pessoal pela ética de responsabilidade. Por outro lado, o pensamento autoritário, cujas raízes se fincam na corrente positivista, também se imbuí da ética de finalidade. Paradoxalmente, ele vai florescer principalmente entre juristas que tradicionalmente tendem para o relativismo ético. Os militares e engenheiros desligavam-se da política, enquanto os juristas de formação positivista tomavam nas mãos a direção do país. O próprio engajamento científico impedia a adoção de uma ética relativista. Houve em consequência a continuidade da rigidez para o plano político.

Mercadante pretende explicar a peculiaridade da vida política brasileira – e a origem dos seus males – mediante uma análise da ética dominante no espírito da nossa intelectualidade, numa investigação próxima à empreendida por Weber em *Ética protestante e o espírito do capitalismo*. De modo simplificado, diferentemente do que ocorreu nos países movidos pela mentalidade reformista e científica, o Brasil foi marcado por uma tensão entre o arcadismo de sua formação portuguesa,

religiosa e metafísica, e as próprias exigências modernizadoras dos novos tempos capitalistas. A modernização simbólica e material, entretanto não poderia se consolidar sem graves contradições. As circunstâncias de uma economia escravista e de mecanismos mais próximos às relações medievais impediam a substituição da ordem tradicional pela nova ordem. O processo se deu de forma arrastada, gradual, com tensões solucionadas por compromissos entre ideologias por princípio antagônicas, em manobras que seriam eufemisticamente chamadas de “bom senso”. Apesar da crítica intelectual proveniente das diferentes vertentes ideológicas, a história acabou sendo marcada por soluções de compromisso entre facções dominantes à revelia da participação e representação populares.

A leitura de Mercadante deixa dúvidas se o autor se inclina pessoalmente para soluções movidas por uma ética de finalidade, pelo menos no contexto específico da história brasileira. Às vezes tem-se a impressão de que há um certo tom de aprovação quando o autor descreve o espírito mais radical do nosso pensamento ilustrado, o qual, apesar de ter ensejado formas de autoritarismo, se mostrou desde o princípio inconformado com a ilicitude do espírito conciliador. Tal atitude seria de estranhar da parte de quem toma o próprio referencial weberiano como base de análise, portanto, compreendendo perfeitamente suas argumentações a favor da ética da responsabilidade, única a se enquadrar perfeitamente à vocação política.

INVENÇÕES DO BRASIL E SUA ANÁLISE COMPARADA

Os textos aqui interpretados fazem parte do processo histórico de construção imaginária do Brasil e da gente brasileira. Essas criações mentais não apenas captam e reproduzem os significados de brasilidade que circulam na sociedade, como também têm um papel instituidor e transformador dessa realidade.

A rigor, o Brasil do romance, o Brasil do discurso ideológico ou político e o Brasil do cientista social são *ficções*, se tomarmos o sentido original da palavra como coisas criadas, modeladas ou inventadas (e não propriamente o sentido de ilusão ou equívoco). Elas são formas de sintetizar de modo cognoscível a complexidade da vida social expe-

rimentada pelos autores. O Brasil e a brasilidade só podem ser concebidos por meio dessas elaborações mentais, uma vez que não há um Brasil dado ou absoluto a ser desvendado. As imagens, conceitos e abstrações que vêm da produção científica, da arte e do saber cotidiano ajudam a compor e recompor o significado sempre transitório do ser brasileiro.

Tal como a construção romanesca de Almeida, as interpretações de Torres e de Mercadante são basicamente atos de imaginação criadora que permitem articular relações, analogias, condensações e sínteses a partir dos fatos observados e experimentados na vida brasileira. Almeida fornece um quadro intuitivo da sociabilidade do Brasil imperial e suas permanências, por meio de uma escrita irônica e burlesca, de personagens representativas de tipos sociais, de um enredo ilustrativo dos modelos de comportamento do brasileiro de ontem (e até certo ponto de hoje). Para falar da maleabilidade ética da sociedade brasileira, o autor personifica-a nas personagens cujo caráter e conduta não podem ser rigorosamente enquadrados em juízos de bem e mal. O quadro retratado permite visualizar um tipo de sociabilidade que é tematizada por intermédio de outras formas discursivas e outros recursos estilísticos nos textos mais “realistas” ou de pretensão científica. Em geral, os textos acadêmicos recorrem a um estilo “alto”, sisudo, monossêmico, pouco figurado, mais conceitual que visual, para defender teses junto a uma comunidade científica. Para explicar o mesmo problema da moralidade brasileira, Torres se utiliza de uma retórica tanto explicativa quanto doutrinária, que conclama à adesão a suas idéias. É uma fala engajada e persuasiva com nítida intenção de fazer o leitor tomar partido e aderir à sua causa. Tal discurso adequa-se aos propósitos políticos do autor, levando a marca de seu projeto para a nação. A linguagem de Mercadante já apresenta outro feito, uma vez que é marcada por condições de produção discursiva diferente dos anteriores. O texto se insere entre as obras que analisam a história das idéias, portanto, aspirando ao estatuto de produções filosóficas e científicas. Neste caso, a moralidade é compreendida sob um ponto de vista mais “objetivo”, onde o autor procura assinalar causas a efeitos, a saber, os condicionantes

históricos das peculiaridades da cultura política brasileira. O seu tom é mais “neutro”, isto é, menos revelador de rubricas ideológicas, e erudito (ilustrado, por exemplo, na numerosa citação de autores).

No meio de uma crise de modelos epistemológicos e metodológicos, o cientista social de hoje goza de certa liberdade (e também de certa insegurança) de transcender os limites e a rigidez dos cânones objetivistas da pesquisa cultural. Já se percebe que a linguagem socioantropológica apresenta pontos comuns com a linguagem estética. Da primeira, também é exigida uma imaginação criadora capaz de perceber vínculos, separações, continuidades e rupturas da matéria-prima com a qual trabalha. Ela também se utiliza das analogias, metáforas e outros recursos miméticos não apenas na exposição de suas teses, mas no próprio momento de produção do conhecimento. A ciência, mais preocupada com as exigências de teorização e, conseqüentemente, de estabelecimento de consenso, exercerá maior controle sobre sua linguagem para que se evite a ambigüidade e a polissemia. Na literatura, cuja preocupação é fundamentalmente estética, tal controle será evitado, para promover justamente a polifonia e a multiplicidade de perspectivas.

Os textos ficcionais e não ficcionais se equiparam em termos de sua fecundidade para a análise socioantropológica da cultura. No caso da cultura brasileira, cada gênero em sua especificidade diz o Brasil de modo peculiar, aproximando-se ou distanciando-se dos esquemas ideológicos presentes no contexto de produção das obras. É nesse sentido que consideramos promissora não apenas uma análise comparada dos temas da brasilidade num mesmo gênero literário, mas também a sua abordagem comparada em gêneros literários e formações discursivas diferentes.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Manuel Antônio de. (1992), *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo, Ática.
- BOSI, Alfredo. (1992), *Dialética da colonização*. São Paulo, Companhia das Letras.
- CÂNDIDO, Antônio. (1970), “Dialética da malandragem”. *Revista do Inst. Est. Brasileiros da USP*, v. 8:65-89.
- COSTA, J. Cruz. (1967), *Contribuição à história das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- COUTINHO, Afrânio. (1968), *A tradição afortunada: o*

- espírito de nacionalidade na crítica brasileira*. São Paulo, J. Olímpio.
- IGLÉSIAS, Francisco. (1993), *Trajetória política do Brasil (1500-1964)*. São Paulo, Companhia das Letras.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. (1968), *Presença de Alberto Torres: sua vida e pensamento*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- LINHARES, Temístocles. (1987), *História crítica do romance brasileiro*. Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, Edusp.
- MERCADANTE, Paulo. (1978), *Militares e civis: a ética e o compromisso*. Rio de Janeiro, Zahar.
- PEREIRA, Lúcia Miguel. (1992), "Alberto Torres e o conflito entre Nação e Estado": a leitora e seus personagens. Rio de Janeiro, Graphia Editorial:223-227.
- REBELO, Marques. (1963), *Vida e Obra de Manuel Antônio de Almeida*. São Paulo, Martins.
- TORRES, Alberto. (1982), *O Problema nacional brasileiro*. São Paulo, Ed. Nacional/Brasília, Ed. Universidade de Brasília.
- WEBER, Max. (1993), *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo, Cultrix.